

**Resumo expandido - 13° FEBRAT**  
**Vulnerabilidade das línguas indígenas no Brasil: reflexões sobre diversidade e identidade cultural**

**Autora:Manuela Orlandeli Cardoso**

**Orientadora:Iara Leme Russo Cury**

A diversidade linguística é um patrimônio fundamental da humanidade, mas encontra-se em risco crítico diante do processo de desaparecimento de línguas indígenas. Segundo Rodrigues (2005), antes da colonização o Brasil possuía cerca de 1.175 línguas, número que hoje não chega a duzentas, muitas delas em processo de extinção. Esse fenômeno pode ser compreendido como um caso de epistemicídio (SANTOS, 2005), pois implica não apenas a perda de sistemas linguísticos, mas também o apagamento de modos próprios de pensar e transmitir conhecimentos. Nesse cenário, a Década Internacional das Línguas Indígenas (2022–2032), proclamada pela ONU e coordenada pela UNESCO, surge como iniciativa global para a revitalização e valorização desses idiomas. O presente trabalho tem como objetivo investigar a vulnerabilidade das línguas indígenas no Brasil por meio da análise da produção científica disponível na Plataforma CAPES, buscando compreender como a pesquisa acadêmica brasileira tem abordado essa questão e em que medida a Década Internacional das Línguas Indígenas influenciou essa produção. A metodologia envolveu uma pesquisa documental na Plataforma CAPES, utilizando como palavras-chave “Línguas Indígenas” (no título), “Década Internacional das Línguas Indígenas” (no título) e a combinação de “Línguas Indígenas” com “Brasil” (no corpo do texto). O recorte temporal abrangeu de 1958 a 2025, subdividido em dois períodos: (i) 1958–2021, anterior à Década, e (ii) 2022–2025, correspondente ao início da Década. Os dados foram sistematizados em planilhas, considerando título, ano de publicação, instituição, estado/região e origem nacional ou internacional. A análise quantitativa foi complementada por uma análise qualitativa de resumos e trechos de trabalhos selecionados, que permitiu organizar as produções em quatro categorias: (i) documentação e descrição linguística; (ii) revitalização linguística e políticas públicas; (iii) educação indígena e formação docente; (iv) identidade cultural vinculada às línguas. Os resultados evidenciam um total de 84 trabalhos relacionados às línguas indígenas no Brasil entre 1958 e 2025, com um aumento significativo a partir dos anos 2000. Destaca-se que, somente entre 2020 e 2025, foram encontrados 38 trabalhos, número superior ao da década anterior, o que indica a influência da Década Internacional das Línguas Indígenas no aumento da produção acadêmica. Em termos regionais, a maior concentração ocorreu no Sudeste (41 trabalhos), seguido pelo Sul (16) e pelo Norte (12), enquanto Nordeste e Centro-Oeste apresentaram números reduzidos, embora relevantes para pesquisas diretamente ligadas às comunidades locais. Também foram encontrados trabalhos internacionais (6), demonstrando interesse estrangeiro sobre o tema. Na análise qualitativa, observou-se que os trabalhos não se limitam à descrição linguística, mas dialogam com políticas públicas, educação intercultural e identidade cultural, mostrando que as línguas indígenas são compreendidas como dimensões fundamentais da resistência e da diversidade cultural no Brasil. Conclui-se que a pesquisa acadêmica tem se expandido e diversificado nos últimos anos, revelando maior visibilidade para o tema. O estudo contribui para compreender como a produção científica brasileira pode apoiar estratégias de preservação e valorização das línguas indígenas, articulando-se com os esforços globais da Década Internacional das Línguas Indígenas. Para fundamentar a pesquisa, foram utilizados os seguintes textos: Línguas indígenas: 500 anos de descobertas e perdas (Rodrigues, 2019), A crítica da razão

indolente: contra o desperdício da experiência (Santos, 2005), Plano de Ação Global da Década Internacional das Línguas Indígenas (2022–2032) (UNESCO, 2022), Atlas de las lenguas del mundo en peligro (UNESCO, 2010a), Decreto nº 7.387, de 9 de dezembro de 2010, Institui o Inventário Nacional da Diversidade Linguística e dá outras providências (BRASIL, 2010) e Lei 11.645/08, de 10 de março de 2008 (BRASIL, 2008).